

CATAGUASES

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Fundado em 28 de janeiro de 1906



CATAGUASES, 13 DE OUTUBRO DE 2024

EDIÇÃO: 3.846

ELEIÇÕES 2024

Pela primeira vez na história, Cataguases reelege prefeito

Os números também ficam para a história pela votação expressiva; 23.363 votos, correspondendo a 62,49% do eleitorado

José Inácio Peixoto Parreiras Henriques foi reeleito prefeito de Cataguases pela coligação CATAGUASES SEGUINDO EM FRENTE (MDB / MOBILIZA / AGIR / AVANTE / PL), com 23.363 votos, correspondendo a 62,49% do eleitorado, tendo como vice-prefeita Carolina Damasceno. Os números entram para a história também pela votação expressiva para o atual prefeito e a sua vice-prefeita eleita, Carol Damasceno. O resultado oficial foi divulgado na noite de domingo, 6 de outubro, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na disputa pela Prefeitura, o segundo colocado foi Fernando Pacheco, da coligação CATAGUASES MERECE MAIS (PP / PDT / PSB / PSD), que recebeu 12.875 votos. Rogério Filho, do PC do B concorreu com a coligação Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PC do B / PT / PV), recebeu 1.146 votos, correspondendo a 3,07% do eleitorado. De acordo com Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições 2024 em Cataguases compareceram às urnas 39.646 eleitores. Foram 37.384 votos válidos, 1.446 votos nulos, 816 votos em branco e 13.768 abstenções.

Câmara terá sete novos vereadores e oito reeleitos

A Câmara Municipal a partir de janeiro de 2025 contará com vereadores reeleitos e novos rostos. Dos 15 vereadores eleitos, oito já possuem experiência legislativa, enquanto sete assumem seus mandatos pela primeira vez.

Entre os reeleitos, Felipe Ramos (AVANTE) foi o mais votado, conquistando 1.521 votos, seguido por Vinicius Machado (AGIR), que recebeu 1.371 votos. Henrique Thurram (MDB) garantiu sua vaga com 1.057 votos, e Fernandinho de Sereno (AGIR) também retorna à Câmara com 788 votos. Completando a lista dos veteranos, Flavinho Motoboy (AVANTE) obteve 688 votos, Gilmar Canjica (PDT) conquistou 626 votos, Marcos Costa (PSD) ficou com 619 votos, e Rodrigo Canga (PSD) somou 482 votos.

A renovação vem com Giovanna Costa (MDB) foi a estreante mais votada, com 1.442 votos, seguida por Júnio Valentim (PDT), que recebeu 997 votos. Giovanni Groppo (AVANTE) também fará sua estreia, com 651 votos, assim como Cristina Santos (PT), com 535 votos. Ainda entre os novos nomes, Willian da Asaf (PL) conquistou 530 votos, Josimar Branquinho (MDB) obteve 529 votos, e Capitão Sérgio Tavares (PL) fechou a lista dos eleitos com 491 votos.



José Henriques é o primeiro prefeito reeleito em Cataguases desde a introdução desta prerrogativa no Brasil, em 1997

Confira a formação da nova bancada de vereadores*



FELIPE RAMOS
(Avante) 1.521 votos



GIOVANA COSTA
(MDB) 1.442 votos



VINICIUS TAQUARA
(AGIR) 1.371 votos



HENRIQUE THURRAM
(MDB) 1.057 votos



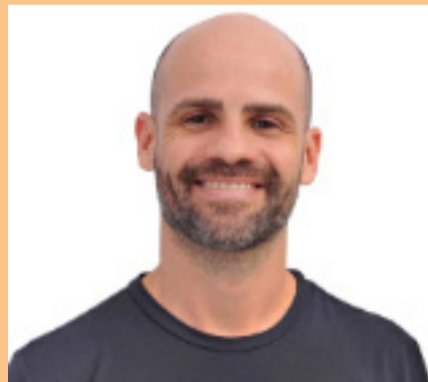
JÚNIO VALENTIM
(PDT) 997 votos



FERNANDINHO SERENO
(AGIR) 788 votos



FLAVINHO MOTOBOY PESCO CIM
(AVANTE) 688 votos



GIOVANNI GROPO TOLETO
(AVANTE) 651 votos



GILMAR CANJICA
(PDT) 626 votos



MARCOS COSTA MARQUINHO
AÇOUGUE (PSD) 619 votos



CRISTINA SANTOS
(PT) 535 votos



WILLIAN DA ASAF
(PL) 530 votos



JOSIMAR BRANQUINHO JOSI
(MDB) 529 votos



CAPITÃO SÉRGIO TAVARES
(PL) 491 votos



RODRIGO CANGA
(PSD) 482 votos

*Cabe ressaltar contudo, que o resultado acima leva em consideração a nulidade dos votos obtidos atribuídos ao candidato Ricardo Dias (PV), que teve sua candidatura impedida por decisão do TSE-MG. Mas caso a decisão final da Justiça Eleitoral valide seus votos, duas cadeiras serão redistribuídas alterando a nova Casa Legislativa. A diplomação dos vereadores eleitos está marcada para até o dia 19 de dezembro, quando a composição definitiva será conhecida.



ATA DA 955 SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO, 19ª (DÉCIMA NONA) LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2024.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, na Sede da Câmara Municipal de Cataguases a 955 (novecentos e cinquenta e cinco) Sessão Ordinária, 1º Período Legislativo, 19ª Legislatura, sob a Presidência do Vereador Antônio Gilmar de Oliveira, Presidente, com a presença dos Vereadores: Antônio Gilmar de Oliveira, Felipe Ramos, Flávio Alves de Sousa, Fernando Medeiros Pereira, Gilberto Marques de Oliveira, Henrique Silva Oliveira, Marcos da Costa Garcia, Rafael Moreira, Ricardo Geraldo Dias, Rodrigo Xavier Cardoso, Jeferson Freitas, Rogério da Silva de Oliveira Filho, Silvio Romero, Stéfany Carli Oliveira, Vinicius Machado. Assistiu de forma remota a Vereadora Stéfany Carli Oliveira. Secretariou o Vereador Flávio Alves de Sousa – 2º Secretário. Início dos trabalhos às nove horas e quarenta minutos, encerrando-se às onze horas e vinte minutos. O Presidente Vereador Antônio Gilmar de Oliveira, invocando a proteção de Deus, procedeu ao início dos trabalhos saudando a todos os presentes. O Presidente solicitou ao Secretário que fizesse leitura da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2024. O Vereador Fernando Medeiros Pereira solicitou a dispensa da leitura da ata, por todos já terem conhecimento da mesma. Colocado em discussão e votação a solicitação foi aprovada por unanimidade. O Presidente colocou em discussão e votação a Ata 954 Sessão Ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2024, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente solicitou ao Secretário que fizesse leitura das correspondências recebidas. Ofício nº 1165/2024, oriundo do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do acórdão proferido na Ação Direta Inconst nº 1.0000.23.348184-5/000. INDICAÇÕES: Nº 27/2024 – Construir ou instalar passagem de pedestre na Rua João Ciodaro, Bairro Marote. Vereador ANTÔNIO GILMAR DE OLIVEIRA (Gilmar Canjica). S/Nº – Poda de árvores na Avenida Eudaldo Lessa. Vereador RAFAEL MOREIRA. Após lidas foram encaminhadas ao Poder Executivo. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS RECEBIDOS: Nºs 148 a 150/2024 – Concedendo Comenda Municipal do Mérito Educacional Professor Ady Pereira de Resende. Nºs 164 e 165/2024 – Concedendo Comenda Municipal do Mérito do Servidor Público Luiz Antônio Martins. Nº 178/2024 – Concedendo Comenda Municipal do Mérito Legislativo Raça Negra. Encaminhados às Comissões Permanentes. REQUERIMENTO RECEBIDO DO LEGISLATIVO: Nº 82/2024 – Requer do Poder Executivo o que segue em caráter de urgência: Informações a respeito da obra da Rua Nogueira Neves. Vereador MARCOS COSTA.

Colocado em discussão e votação a solicitação de urgência, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o requerimento foi incluído na pauta dessa Sessão. PROJETOS DE LEI DO EXECUTIVO COM PEDIDO DE VISTA: Nº 23/2024 – Dispõe sobre a aprovação do Loteamento Morada da Serra II, localizado no Bairro Marote da Serra e indica para garantia os imóveis que menciona. Nº 24/2024 - Dispõe sobre a aprovação do Loteamento Monte Verede, localizado no Bairro Jardim Bandeirantes II e indica para garantia os imóveis que menciona. Os referidos projetos receberam pedido de vista do Vereador Rogério Filho, o que foi deferido pelo Presidente. PROJETO DE LEI ARQUIVADO DO LEGISLATIVO: Nº 27/2024 – Entrega de Medicação para pacientes com receita de médico particular pela Secretaria de Saúde Municipal, desde que o usuário seja cadastrado no SUS. Vereador RICARDO DIAS. O autor do projeto solicitou seu arquivamento, pois em conversa com o Procurador dessa Casa, Dr. Ricardo Zanella, o mesmo que o projeto trata de matéria inconstitucional, então o autor decidiu acompanhar a Procuradoria. Colocada a solicitação em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI APROVADO DO LEGISLATIVO: Nº 31/2024 – Dispõe sobre a divulgação, no sítio eletrônico oficial do Município do fornecimento mensal e do estoque de medicamentos disponíveis nas farmácias públicas municipais. Vereador RICARDO DIAS. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação não exarou parecer. Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social, pelo prosseguimento da matéria. Colocado o mesmo em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Colocado o projeto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. REQUERIMENTOS APROVADOS DO LEGISLATIVO: Nº 81/2024 – Requer do Poder Executivo o que segue: Informações sobre atendimento de Reumatologia, Implementação do Cordão de Girassol e Concerto da Piscina de Hidroginástica no Gaia. Vereadora STÉFANY CARLI OLIVEIRA. Nº 82/2024 – Requer do Poder Executivo o que segue em caráter de urgência: Informações a respeito da obra da Rua Nogueira Neves. Vereador MARCOS COSTA. Colocados em discussão e votação, os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Usou da palavra o Vereador Rafael Moreira, que fez leitura de correspondência, como nota de repúdio pelo que está acontecendo na área da saúde em nosso Município. Os Vereadores usaram da palavra para desejar a todos sorte no próximo domingo. Nada mais havendo a tratar o Presidente, Vereador Antônio Gilmar de Oliveira, deu por encerrada a Sessão Ordinária e eu, Vereador Flávio Alves de Sousa, 2º Secretário, lavrei a presente Ata que assino juntamente com o Presidente, 1º Vice-Presidente e demais Vereadores que queiram assiná-la.

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG
DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2024

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei em vigor DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto para o corrente exercício crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:
01.031.0001.2.007 Capacitação de Pessoal
3.3.90.14.00 Diárias pessoal civil 60.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior, indica-se nos termos do parágrafo 3º artigo 43 da Lei 4.320/64 a anulação, no mesmo valor, da seguinte dotação do orçamento vigente:
01.031.0001.2.005 Manutenção das Atividades do Legislativo
3.1.90.13.00 Obrigações patronais 60.000,00

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir desta data.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2024.

Antônio Gilmar de Oliveira Presidente	Marcos da Costa Garcia 1º Vice-Presidente
Gilberto Marques Oliveira 2º Vice-Presidente	Stéfany Carli Oliveira 1º Secretária
Flávio Alves de Sousa 2º Secretário	Vinicius Machado Tesoureiro

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 17/2024

Concede Comenda Municipal do Mérito Educacional Professor Ady Pereira de Resende

Artigo 1º - Fica concedida a Comenda Municipal do Mérito Educacional Professor Ady Pereira de Resende aos seguintes professores:

Professor(a) Ana Cláudia Faria Carvalho Ribeiro, Professor(a) Erica Ribeiro de Oliveira Braga, Professor(a) Fane Mirna de Sousa Teixeira, Professor(a) Giovana Cataldi Sachetto, Professor(a) Gisele Pinheiro Ferreira Pires, Professor(a) Luciene Ferreira Aguiar Caetano, Professor(a) Lucimar dos Reis Azevedo Almeida, Professor(a) Ludmilla Madeira Dias, Professor(a) Maisa Aparecida Fernandes, Professor(a) Márcia de Fátima Oliveira, Professor(a) Maria Rosângela Machado, Professor(a) Odete Valverde Oliveira Almeida, Professor(a) Rosemary Mendonça Dias da Cruz Prata, Professor(a) Silvana Carvalho Teixeira

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo ocorrer-se -ão por conta da rubrica 010.031.0001-2007 – Pro-moção de Recepção e Homenagens – 339030000000 - Material de Consumo - 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2024.

Vereador Antônio Gilmar de Oliveira Presidente	Vereador Marcos da Costa Garcia 1º Vice Presidente
Vereador Gilberto Marques Oliveira 2º Vice Presidente	Vereadora Stéfany Carli Oliveira 1º Secretária
Vereador Flávio Alves de Souza 2º Secretário	Vereador Vinicius Machado Tesoureiro

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PRAÇA SANTA RITA, 498 – CENTRO – CATAGUASES - MG

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 18/2024

Concede Comenda Municipal do Mérito do Servidor Público “Luiz Antônio Martins”

Artigo 1º - Fica concedida a Comenda Municipal do Mérito do Servidor Público “Luiz Antônio Martins” aos seguintes servidores:

Adriano Ferreira de Freitas, Alessandro Cardoso Vieira, Celso Ferreira Benjamin Filho, Daniel Araújo Sena, Daniel Renault de Castro, Debora Cristina Moraes de Souza, Edimar Ferreira Fellippe, Fátima Henrique da Fonseca, José Fernando Riquete, Margareth Netto Gomes, Mirian de Marluce Ferreira de Souza (Baú); Patricia da Silva Moreira, Ricardo Cristiano, Wellington Felipe da Silva

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo ocorrer-se -ão por conta da rubrica 010.031.0001-2007 – Pro-moção de Recepção e Homenagens – 339030000000 - Material de Consumo - 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2024

Vereador Antônio Gilmar de Oliveira Presidente	Vereador Marcos da Costa Garcia 1º Vice Presidente
Vereador Gilberto Marques Oliveira 2º Vice Presidente	Vereadora Stéfany Carli Oliveira 1º Secretária
Vereador Flávio Alves de Souza 2º Secretário	Vereador Vinicius Machado Tesoureiro

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 19/2024

Concede Comenda Municipal do Mérito Legislativo Raça Negra

Artigo 1º - Fica concedida a Comenda Municipal do Mérito Legislativo Raça Negra às seguintes personalidades:

Anderson José da Silva, Cláudio Amâncio Luiz, Edson Martins Ferreira, Joiciana Pereira Soares, Lucia Helena Diogo Dias Marli de Assis, Patricia Tobias Santos, Ricardo Silva Martins, Rogério de Paula Avelar, Sidney da Silva Ferreira, Suraia Pinheiro Merij Carpinetti

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo ocorrer-se -ão por conta da rubrica 010.031.0001-2007 – Pro-moção de Recepção e Homenagens – 339030000000 - Material de Consumo - 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2024.

Vereador Antônio Gilmar de Oliveira Presidente	Vereador Marcos da Costa Garcia 1º Vice Presidente
Vereador Gilberto Marques Oliveira 2º Vice Presidente	Vereadora Stéfany Carli Oliveira 1º Secretária
Vereador Flávio Alves de Souza 2º Secretário	Vereador Vinicius Machado Tesoureiro

SESSÃO ORDINÁRIA
ORDEM DO DIA
15/10/2024
ÀS 18:30 HORAS

Executivo:
Projetos de Lei:

Nº 23/2024 – Dispõe sobre a aprovação do Loteamento Morada da Serra II, localizado no Bairro Marote da Serra e indica para garantia os imóveis que menciona.

Nº 24/2024 - Dispõe sobre a aprovação do Loteamento Monte Verede, localizado no Bairro Jardim Bandeirantes II e indica para garantia os imóveis que menciona.

Nº 25/2024 – Dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024, abertura de crédito adicional especial.

Legislativo:

Projetos de Lei:

Nº 36/2024 – Concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre imóvel integrante do patrimônio de portadores de Neoplasia Maligna (Câncer) ou seus dependentes e dá outras providências. Vereador RICARDO DIAS.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2024.

Vereador Antônio Gilmar de Oliveira Presidente	Vereadora Stéfany Carli Oliveira 1º Secretária
---	---

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES

PRAÇA SANTA RITA, 498 – CENTRO - CATAGUASES – MG TEL: (32) 3429-1900



Lei nº 5.058 de 08 de outubro de 2024.

“INSTITUI A CAMPANHA “CORAÇÃO DE MULHER”, QUE PASSA A INTEGRAR O CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

O povo do Município de Cataguases MG, através de seus representantes aprovou, e, eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

Art.1º . Fica instituída a Campanha “Coração de Mulher”, de alerta e orientação às mulheres sobre o diagnóstico precoce e prevenção de doenças cardiovasculares.

Parágrafo único - A campanha a que alude o caput será realizada anualmente, na última semana de setembro, coincidindo com o Dia Mundial do Coração, celebrado em 29 de setembro, passando a integrar o calendário oficial do Município.

Art.2º. A Campanha “Coração de Mulher”, tem por objetivo reunir entidades que envolvem as mulheres, grupos médicos e representantes da sociedade civil, a fim de poder promover ações para prevenir e/ou que permitam diagnosticar doenças cardiovasculares:

- I. Palestras;
- II. Orientações;
- III. Nutrição;
- IV. Exames preventivos;
- V. Verificação de pressão arterial.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 08 de outubro de 2024.
José Henriques
Prefeito

Lei nº 5.059 de 08 de outubro de 2024.

Dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública Municipal, a Escolinha de Futebol Jóias da Taquara, do Município de Cataguases

O povo do Município de Cataguases MG, através de seus representantes aprovou, e, eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

Art.1º . Fica declarado como de Utilidade Pública Municipal, a Escolinha de Futebol Jóias da Taquara, do Município de Cataguases.

Art.2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 08 de outubro de 2024.
José Henriques
Prefeito

Lei nº 5.060 de 08 de outubro de 2024.

Assegura a meia-entrada à pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e demais pessoas com outras deficiências – PCDs nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências.

O povo do Município de Cataguases MG, através de seus representantes aprovou, e, eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurado à pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e demais pessoas com deficiência – PCDs, e um acompanhante, se necessário, o direito à meia-entrada em estabelecimentos privados que ofertem diversão, lazer, arte, cultura, esporte e/ou similares, no Município de Cataguases.

§ 1º – Entende-se por meia-entrada o desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre os valores dos ingressos ofertados ao público em geral.

§ 2º – Considera-se pessoas com deficiência – PCD todas aquelas discriminadas na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Art.2º - O benefício será concedido mediante apresentação da CIPT- Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e demais PCDs através da apresentação de documento de identificação com foto, acompanhado do laudo médico PCD, indicando qual é a deficiência (código CID), o grau de sua limitação, e a validade do laudo.

§ 1º - O documento/laudo/carteira de identificação deverão ser expedidos por órgão oficial ou entidade/associação sediada no Município que tenha legitimidade do laudo.

§ 2º – A comprovação da emissão irregular ou fraudulenta de documento/laudo/carteira de identificação demandará o imediato

PORTARIA Nº 631/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Autorizar a nomeação, em caráter efetivo da Senhora PAULA DE OLIVEIRA LIMA, aprovada em 1º lugar - Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo edital 001/2023 para exercício do cargo de NUTRICIONISTA, com lotação na Secretaria de Saúde do Município de Cataguases.

II – A posse deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de até 30 dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial do Município, conforme Decreto nº 4.388/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 632/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Autorizar a nomeação, em caráter efetivo do Senhor FÁBIO JOSÉ DE FREITAS ARAÚJO, aprovado em 9º lugar - Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo edital 001/2023 para exercício do cargo de PSICÓLOGO, com lotação na Secretaria de Saúde do Município de Cataguases.

II – A posse deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de até 30 dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial do Município, conforme Decreto nº 4.388/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 633/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Autorizar a nomeação, em caráter efetivo do Senhor ROGÉRIO LOURENÇO MESSIAS, aprovado em 1º lugar - Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo edital 001/2023 para exercício do cargo de TÉCNICO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, com lotação na Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Cataguases.

II – A posse deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de até 30 dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial do Município, conforme Decreto nº 4.388/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 634/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Autorizar a nomeação, em caráter efetivo da Senhora GEISA SANDIE DE MORAIS, aprovado em 4º lugar - Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo edital 001/2023 para exercício do cargo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, com lotação na Secretaria de Administração do Município de Cataguases.

II – A posse deverá ocorrer, obrigatoriamente, no prazo de até 30 dias contados da publicação deste Ato no Diário Oficial do Município, conforme Decreto nº 4.388/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº635 /2024

Institui Processo Administrativo nº 033/2024 em face da empresa ELACAUD CORTES E PODAS LTDA, em razão de descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 127/2024, referente a futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de poda urbana para atender às demandas da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata a alínea ‘f’, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente informou que os serviços prestados pela empresa estão paralisados desde o dia 30 de setembro de 2024;

CONSIDERANDO que a empresa tem interrompido as atividades de poda sem comunicar previamente ou apresentar justificativas ao Município;

CONSIDERANDO que a empresa alterou o quadro de funcionários sem fornecer os certificados de capacitação técnica necessários para a operação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços;

CONSIDERANDO que há registros de reclamações dos funcionários devido à falta de pagamento de salários e benefícios obrigatórios;

CONSIDERANDO a ausência de resposta da empresa após a notificação que solicitava esclarecimentos sobre todas as situações mencionadas;

RESOLVE:

Art.1º - Fica instaurado Processo Administrativo, nos termos da Lei Municipal nº 4.879/2022, em desfavor da empresa ELACAUD CORTES E PODAS LTDA, pelo descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 127/2024, originada do Processo Licitatório nº 010/2024, bem como do que dispõe o artigo 155, incisos I, II, VII da Lei 14.133/2021, designa Comissão Processante e estabelece outras providências.

Art.2º - Ficam designados para compor a Comissão de Processo Administrativo os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- I- MIRIAM DO ROSÁRIO OLIVEIRA SILVA - PRESIDENTE
- II- ROBERTO GUIMARÃES - SECRETÁRIO
- III- RENATA GOMES CARVALHO TOFFANI – MEMBRO

Art.3º – Considerando a PARALIZAÇÃO INJUSTIFICADA E SEM PREVISÃO DE RETORNO DOS SERVIÇOS, DETERMINO LIMINARMENTE, com vistas ao interesse público, o cancelamento da Ata de Registro nº 127/2024, bem como DETERMINO a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, no Processo Licitatório nº 010/2024, para a celebração da Ata referente ao serviço de poda urbana conforme Lei Federal 14.133/2021 a fim de evitar prejuízos financeiros e materiais em razão da paralisação dos serviços pela empresa processada, nos termos da Legislação vigente e Cláusulas Contratuais

Art.4º - DETERMINA-SE à Comissão Processante que dê prosseguimento ao procedimento administrativo 033/2024, em face da empresa ELACAUD CORTES E PODAS LTDA, a fim de apurar a conduta da mesma, condenando-a ou absolvendo-a conforme determinações legais e contratuais após conclusão do presente Processo Administrativo.

Art.5º - Os procedimentos e atos do processo administrativo de que trata o artigo 1º desta portaria observarão o disposto na Lei Municipal nº 4.879 de 25 de agosto de 2022, com aplicação subsidiária da Lei 9.784 de 29 e janeiro de 1999 e das normas de Direito Civil e Direito Processual Civil e também ao seguinte:

I – As intimações e citações deverão ser realizadas, preferencialmente, via postal, correspondência expedida com AR (aviso de recebimento) ou pessoalmente;

II – Os prazos processuais, regra geral, são de 15 (quinze) dias, contados de forma contínua, salvo disposição legal específica;

Art.6º - O prazo para conclusão do processo administrativo não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, se as circunstâncias o exigirem.

Art.7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 08 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
PREFEITO

PORTARIA Nº 636/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal THIAGO DOS PRAZERES GOMES, matrícula 152390, ocupante do cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIO, com lotação na Secretaria d Desenvolvimento Social.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 637/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho por prazo determinado da Servidora Pública Municipal THAYNARA LIMA COSTA, matrícula 728369, ocupante do cargo de PSICÓLOGO, com lotação na Secretaria de Saúde do Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 09 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 638/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho por prazo determinado da Servidora Pública Municipal ANA CRISTINA PORTUGAL DE BARROS, matrícula 728431, ocupante do cargo de FONOAUDIÓLOGO, com lotação na Secretaria de Saúde do Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 08 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 639/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho por prazo determinado da Servidora Pública Municipal KAREN OLÍVIA SILVA COELHO PEREIRA, matrícula 728117, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria de Administração do Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 04 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 07 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 640/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal THIAGO DOS PRAZERES GOMES, matrícula 152390, ocupante do cargo de provimento efetivo de INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIO, com lotação na Secretaria d Desenvolvimento Social.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 641/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Nomear a senhora WALQUIRIA DE OLIVEIRA SILVA para responder pelo cargo de livre nomeação e exoneração de ASSESSOR ADMINISTRATIVO I com lotação na Secretaria de Saúde do Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 642/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Exonerar a senhora MARILZA DE FÁTIMA FERREIRA do cargo de livre nomeação e exoneração de COODERNANDOR DE APOIO II – COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA SERVIDOR EM FOCO, com lotação na Secretaria de Administração do Município.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 11 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 643/2024

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Nomear o senhor RAFAEL ARCHANGELO GUEDES para responder pelo cargo de livre nomeação e exoneração de COODERNANDOR DE APOIO II – COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA SERVIDOR EM FOCO.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 11 de outubro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES
Prefeito
EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração

Secretaria de Fazenda
Secretário: Tiago Rodrigues de Souza Reis



Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cataguases - MG (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA (a), RECEITAS REALIZADAS, SALDO (b-c). Rows include RECEITAS CORRENTES, RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

Table with columns: PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA (a), RECEITAS REALIZADAS, SALDO (b-c). Rows include RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: DEPENDENTES ORÇAMENTÁRIOS (III), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II), RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - ÍTENS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA (a), DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE, DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b), SALDO (c) = (a-b), etc.

mica Federal, Agência: 0108 e Conta Corrente nº00005138.

7.3. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos do Decreto Municipal n.º 4.988/2018

7.4. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) até 30 dias do término do projeto "Esporte Clube São José e AESCA (Associação Esportiva Escolinha do Casaca)" no dia 29 de Novembro de 2024;

8.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 4.988/2018 e Manual de Prestação de Contas, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente termo de fomento vigorará a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do fim da parceria.

9.2. A prorrogação de ofício da vigência deste termo de fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este termo de fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e desde que firmados no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término da parceria.

10.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou apostilamento ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

11.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste termo de fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

11.3. A execução também será acompanhada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

11.4. A Administração Pública, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, responsável pela parceria, emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

11.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste termo de fomento.

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

11.6. Na hipótese de o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a Organização da Sociedade Civil para, no prazo de trinta dias:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação; ou

III - apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

11.7. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

11.8. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

11.9. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. É facultado aos parceiros rescindir este termo de fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

12.2 - A Administração poderá rescindir unilateralmente este termo de fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste termo de fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste termo de fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 4941/2017 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, conforme determina o Art. 73 da Lei 13.019/2014, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções de:

I - advertência;

II - suspensão temporária nos termos do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014; e

III - declaração de inidoneidade nos termos do inciso III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

13.4 - A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos.

13.5 - A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

13.6 - A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário da Unidade Gestora do termo de fomento, de fomento ou de acordos de cooperação.

13.7 - Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III da Cláusula 13.1 do presente instrumento, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 dias, contado da data da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO E DA SOLUÇÃO

ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

14.1. O foro da Comarca de Cataguases-MG é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo de fomento.

14.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria Geral do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Faz parte integrante e indissociável deste termo de fomento, o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente termo de fomento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Cataguases-MG, 09 de outubro de 2024.

José Henriques
Prefeito Municipal

Deleon Pinheiro Tavares
Gestora da Parceria pela Entidade

Daniel Maciel da Silva
Secretário de Esporte
Gestor da Parceria pela Administração Pública.



Queremos ouvir você

A Prefeitura de Cataguases convida a população para a Audiência Pública que será realizada no dia 30 de outubro de 2024, às 15 horas, na Câmara Municipal, para discussão do Projeto da Lei Orçamentária de 2025, em conformidade com a Lei complementar nº 101/2000.

A audiência será aberta a toda a população.

Contamos com a sua presença!



PREFEITURA DE CATAGUASES

SELEÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO INDIVIDUAL DE TÁXI.

EDITAL Nº 001/2024

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Santa Rita, nº 462, bairro Centro, CEP: 36770-020, inscrito no CNPJ sob o nº 17.702.499/0001-81, por intermédio da **Cataguases Trânsito e Transporte (CATRANS)**, torna público a classificação do processo seletivo para a concessão de 09 (nove) autorizações "intuitu personae" para o exercício da atividade de transporte de passageiro individual de táxi no município conforme critérios de seleção do edital nº 001/2004, nos termos da Lei Municipal nº 4.958/2023 e do Decreto nº 5.892/2024.

1. Claudiney de Souza Xavier
2. Alexsander da Rocha Teixeira
3. Antônio Carlos Arquete
4. Everton Camilo Silva
5. Luiz Carlos Lemos Bello
6. Bruno Portela Sousa
7. Wanderson Jose Melo de Araújo
8. Eder Tostes Teixeira
9. Jorge Amilton Oliveira

A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO CABERÁ RECURSO NO PRAZO DE 10 DIAS CORRIDOS, OS QUAIS DEVERÃO SER REALIZADOS VIA PROTOCOLO WEB E DIRIGIDOS À CATRANS.

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 008/2024

O CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS – COMAD, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 4.535/2018;

Considerando Ofício nº 050/2024 do COMAD;

Considerando Ofício/CMAS nº 050/2024, que manifesta o não interesse da continuidade da participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no Conselho Municipal sobre Drogas – COMAD;

Considerando a apresentação e aprovação em plenária realizada no 01/10/2024;

Resolve:

Art. 1º - Destituir a representatividade do Conselho Municipal de Assistência Social no Conselho Municipal sobre Drogas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua deliberação no dia 01/10/2024, revogando as disposições em contrário.

Cataguases, 01 de outubro de 2024

João Dioni Sarquer Augusto
Presidente do COMAD

RESOLUÇÃO 015/2024

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI –, através do seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 3.408/05 e,

Considerando a Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa;

Considerando a Lei nº 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Considerando o Decreto Municipal nº 4.941/2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e dá outras providências;

Considerando o Edital de Chamamento Público nº 001 do Fundo do Idoso de Cataguases - FIC de Cataguases (MG) de 27/02/2022;

Considerando a Resolução nº 006/2022, que homologou a publicação do resultado dos Projetos para celebração de termo de fomento com o Fundo do Idoso de Cataguases (FIC);

Considerando a Resolução nº 003/2024, que aprovou a solicitação de prorrogação de prazo para utilização dos recursos financeiros disponibilizados para o Projeto "PRATI – Programa de Atenção à Terceira Idade"; e que aprovou o Plano de Trabalho do Projeto "PRATI – Programa de Atenção à Terceira Idade" da Associação Fraternal de Assistência aos Necessitados (AFAN);

Considerando o ofício da AFAN firmado em 09/09/2024, que apresenta justificativa da não viabilidade de execução do Projeto PRATI e que encaminha a prestação de contas referente ao período em que recurso permaneceu em conta até a data de expedição do ofício;

Considerando a apresentação do ofício da AFAN firmado em 09/09/2024 e sua aprovação em Plenária realizada em 03/10/2024;

Resolve:

Art. 1º.- Concordar com as justificativas apresentadas pela Associação Fraternal de Assistência aos Necessitados (AFAN) sobre a não viabilidade de execução do Projeto "PRATI – Programa de Atenção à Terceira Idade".

Art. 2º.- Concordar com a devolução integral do valor do Plano de Trabalho apresentado – R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – bem como do valor correspondente a rendimentos oriundos de aplicação financeira até a data da transferência ao Fundo do Idoso de Cataguases.

Art. 3º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.

Cataguases, 03 de outubro de 2024

RICARDO CADÊTE SPÍNOLA
PRESIDENTE DO CMDPI